

ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
( CASA DE FÉLIX ARAÚJO )

PROJETO de Lei nº 003/2000 (origem 003/2000)

Em 18 de fevereiro de ~~19~~ 2000

Autor PODER EXECUTIVO

DISTRIBUIÇÃO

**EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto a União através da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.

A Comissão Justiça e Redação / Fisc. Financ. e Controle  
para dar parecer.

S. S. Câmara Municipal 22 de 02 de 2000

[Assinatura] Presidente

[Assinatura] Secretário

Aprovado em sessão de 29 de 02  
de 19 em 1ª votação.

S. S. Câmara Municipal

[Assinatura] Presidente

[Assinatura] Secretário

Aprovado em sessão de 29 de 02  
de 19 em 2ª votação.

S. S. Câmara Municipal

[Assinatura] Presidente

[Assinatura] Secretário

**REDAÇÃO FINAL**

Aprovado em sessão de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
de 19 \_\_\_\_\_

S. S. Câmara Municipal \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

**MENSAGEM DE LEI Nº 003**

**De, 07 de fevereiro de 2000**

**Senhor Presidente,**

**Senhoras Vereadoras, Senhores vereadores,**

O Projeto de Lei que submeto á elevada consideração de V. Ex<sup>as.</sup>, visa à obtenção de autorização legislativa ao Poder Executivo para contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais). Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).

O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal (PNAFM) consiste em apoiar o governo brasileiro na busca de estabilidade macroeconômica por meio de um equilíbrio fiscal auto-sustentável, fundado em uma política pública transparente e eficiente na gestão da receita e do gasto público municipal.

Nesse sentido busca criar meios para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento do gasto público, através de receitas próprias, e melhorar o desempenho de suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte; que sejam minimizadas as disparidades técnicas e operacionais atualmente existentes entre as várias administrações fiscais municipais; que se estabeleçam as bases para a integração dos diferentes sistemas fiscais, de modo a permitir um maior apoio às administrações municipais. Tenciona ainda contribuir para o alcance de maior homogeneidade na atuação fiscal da administração pública e, conseqüentemente, de maior equidade na estrutura e no funcionamento do federalismo fiscal brasileiro.

Em vista disso, o Poder Executivo consciente da sua responsabilidade junto à sociedade e ao cidadão do Município, sabedor da necessidade de ampliar as atuais condições de sua gestão, busca alcançar

①



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

esse objetivo, segundo os princípios do PNAFM, encetando mecanismos para participar do Programa, que será financiado parcialmente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (**BID**), mediante um empréstimo concedido ao Governo Federal (**União**), para apoiar a iniciativa dos Governos Municipais (**Municípios**) na elaboração e execução de Projetos específicos (**Projetos**) para modernização e fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal dos Municípios brasileiros.


Desta sorte, testemunha da sensibilidade e do elevado espírito público imanentes a este augusto Poder, espera e requer a aprovação do Projeto de Lei focalizado, bem como seu trâmite em regime de urgência.

Atenciosamente,

  
**CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Prefeito



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

RECEBIDO NA SECRETARIA
EM, 18 / 02 / 2000
ÀS 8:00 HORAS.
 SECRETÁRIO

**PROJETO DE LEI Nº 003/2000**

Mensagem 00312000

**DE, 07 de fevereiro de 2000.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
A CONTRATAR FINANCIAMENTO  
JUNTO A UNIÃO ATRAVÉS DA  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA  
QUALIDADE DE AGENTE  
FINANCEIRO, A OFERECER  
GARANTIAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), obedecidas as demais prescrições legais à contratação de operações da espécie.

**§ 1º** - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).

**§ 2º** - O Poder Executivo poderá firmar convênio ou contratar empresa brasileira, sem fins lucrativos, visando à elaboração e execução do projeto de modernização e fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal do Município.

**Art. 2º** Para garantia do principal e encargos do financiamento, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia ao Tesouro Nacional em caráter irrevogável e irretratável, a título pro solvendo, os





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

créditos provenientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, da Constituição Federal.

**Parágrafo Único.** O procedimento autorizado no “caput” deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, no vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo, ficando a Caixa Econômica Federal autorizada a requerer, em nome da União, a transferência dos referidos recursos para quitação do débito.

**Art. 3º** Os recursos provenientes da operação de crédito serão consignados como receita no Orçamento do Município.

**Art. 4º** O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do município no Projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**CÁSSIO CUNHA LIMA**  
**PREFEITO**